

## **ACTA Nº 4/2000**

### **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2000:**

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano dois mil, nesta cidade de Esposende e Auditório da Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência do senhor António Fernandes Ribeiro, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma.

A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Mariz Neiva e José Manuel do Casal Almeida.

Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia: Agostinho Penteado Neiva, Juvenal da Silva, Manuel Joaquim Marques Peres Filipe, António Maranhão Peixoto, José Luis Correia de Azevedo, José Agostinho Veloso da Silva, Carlos Alberto Fernandes Ribeiro Pereira, Francisco Xavier Maio Pereira de Sousa, Manuel Ferreira Vieira, Manuel Carlos Alves Matos Ferreira, Álvaro Manuel Oliveira Maio, António de Sousa Cepa, José do Paço Lopes, João Augusto Pinto Vilarinho Rodrigues, Victor Manuel da Silva Faria, Otílio Fradique dos Santos Hipólito, José Maria Eiras Azevedo, José Artur Saraiva Marinho, Fernando Pereira Marques, Jorge Humberto Sousa e Silva, Abílio Cepa Cerqueira, Mário Neiva Losa, Carlos Alberto Gomes de Faria e António Carlos Vieira da Silva.

Verificou-se, ainda, a presença de João Monteiro Ferreira Pérola em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Esposende.

Sendo nove horas e cinquenta minutos, verificando-se haver "quorum" para o funcionamento da Assembleia, pelo senhor Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Fernando João Couto e Cepa, em representação desta.

Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: Rui António Ferreira de Agonia Pereira, José Baltazar de Matos, Eduardo Moreira de Melo, José Gualdino Baptista da Silva, Manuel Fernando Lima Meira Torres, José Carvalho da Mota, Sílvio de Azevedo Abreu e António Manuel Ferreira Vilaça.

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida.

#### **01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

O Presidente da Mesa informou que pretende dar conhecimento ao plenário do parecer da Comissão Ecológica e que o mesmo seria inserido no período da ordem do dia, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade dos presentes, concordar com a proposta.

Manuel Vieira apresentou as seguintes propostas de Voto de Louvor, que foram subscritas pelo grupos partidários presentes:

"A subida do Clube de Futebol de Fão à Terceira Divisão Nacional é um acontecimento marcante na vida da comunidade fangeira e premeia a ambição e o esforço colectivo dos seus dirigentes, atletas e massa associativa. Sendo um acontecimento histórico na vida do Clube e da vila, esta Assembleia congratula-se pelo sucesso alcançado e louva todos os seus intervenientes pelo forte contributo para a imagem do deporte concelhio." Seguem-se assinaturas:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR E DA PRESENTE DAR CONHECIMENTO À ASSOCIAÇÃO.

"A Benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários de Fão celebrou setenta e cinco anos de vida como Instituição. Pela sua função na vida social, pelo seu desempenho numa causa tão nobre, esta Assembleia não poderia ficar indiferente a setenta e cinco anos de serviços prestados de forma voluntária e prestigante." Seguem-se assinaturas:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR E DA PRESENTE DAR CONHECIMENTO À BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÃO.

"Cerca de vinte e sete anos à frente do Corpo Activo dos Bombeiros Voluntários de Fão marcaram a vida do Comandante Fernando Pieira que agora passou ao Quadro Honorário a seu pedido. Pela forma dedicada, pela grandeza no desempenho das suas funções, pelo seu contributo para a história da Benemérita Associação, pelo forma voluntária como serviu, manifesta esta assembleia um gesto de louvor." Seguem-se assinaturas:

Relativamente a esta proposta Juvenal Silva lembrou que o mesmo já foi agraciado com a Medalha de Honra do Município, mas, no entanto, declara que o grupo do Partido Socialista subscrive a proposta.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA DE VOTO DE LOUVOR E DA PRESENTE DAR CONHECIMENTO CIDADÃO FERNANDO ANTÓNIO FARIA DE VILAR.

José Luis Azevedo referiu-se aos parómetros recentemente instalados em algumas ruas desta cidade e afirmou que desconhece a existência de qualquer regulamento que obrigue ao pagamento do estacionamento. Questionou se já existe concessão, se já está publicada postura com as alterações, se vai ser efectuada sinalização no pavimento e qual o benefício para o município. Mais questionou como vai ser resolvido o problema do estacionamento junto à Escola Preparatória em dias de feira. Questionou ainda sobre a coincidência da instalação dos parómetros e a abertura do parque de estacionamento subterrâneo dos Paços do Município.

A estas questões o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários e informou que este assunto foi acompanhado pela Junta de Freguesia de Esposende e pela Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende. Disse ter informação dos técnicos da Câmara de não ser necessária alteração à Postura de Trânsito. Sobre a coincidência com a abertura do parque de estacionamento subterrâneo informou que se trata efectivamente de coincidência. Informou ainda que foram dadas ordens de que o estacionamento só passará a ser pago após conclusão de todo o processo. Relativamente à questão levantada sobre o estacionamento junto à Escola Preparatória, O Presidente da Câmara afirmou que o assunto poderá ser apreciado com a direcção da mesma escola e a Junta de Freguesia.

Usando novamente da palavra, José Luis azevedo agradeceu os esclarecimentos prestados e afirmou entender ser necessária a autorização da Assembleia Municipal para a definição dos horários e dos arruamentos.

Álvaro Maio questionou se será publicado aviso tornando pública a data de entrada em funcionamento das máquinas e relativamente aos cartões de morador se está prevista a credenciação dos comerciantes e afirmou que as referidas máquinas já aceitam o pagamento.

O Presidente da Câmara informou que relativamente a esta última questão as pessoas poderão reclamar a sua devolução e que as credenciais serão atribuídas aos moradores.

Juvenal Silva comentou que antes da construção do estacionamento subterrâneo e dos parques pagos deveriam ser criadas condições de estacionamento de forma a descongestionar o trânsito no interior da cidade.

## **02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:**

Foi presente a informação escrita do senhor Presidente da Câmara e sobre a qual foram prestados esclarecimentos mais pormenorizados.

José Luis Azevedo solicitou que a informação abordasse questões que se consideram problemáticas. Pediu esclarecimentos sobre a construção de nova escola E, B, 2 e 3 no concelho e questionou sobre a existência de projecto para a recuperação da escola primária de

Esposende e para quando o início das obras. Sobre a campanha de redução de tarifas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento afirmou que em Esposende, Fão e outras freguesias não havia alternativa à rede pública, pelo que não se verifica o princípio da igualdade, dado que muitas das ligações foram efectuadas a construções novas. Mais questionou sobre o concurso "cidades limpas", sobre o fórum "Reflectir para interagir" e, ainda, sobre os projectos candidatados ao III Quadro Comunitário de Apoio, bem como a identificação de outros projectos e quais as freguesias abrangidas.

João Vilarinho referiu o concurso "cidades limpas" e afirmou que algumas ruas desta cidade não se apresentam nas melhores condições de higiene e limpeza. Questionou onde vai ser localizado o novo estádio de Esposende e a nova central de camionagem. Mais questionou sobre a construção das docas e da obra da barra e sobre a construção de campo de treinos da Associação Desportiva de Esposende em terrenos destinados à instalação da zona desportiva. Solicitou esclarecimentos sobre onde se encontra guardado o pórtico que estava colocado junto à entrada sul da avenida marginal e sobre se vai ser realizada remodelação da iluminação pública.

Álvaro Maio questionou sobre os custos e o rendimento para a UNICEF, onde vai ser realizado o fórum e sobre o campo de treinos da A.D.E. Afirmou que há já dois anos que algumas pessoas estão a pagar para guardarem as embarcações nas docas de recreio.

Juvenal Silva questionou sobre a obra de recuperação da escola primária de Esposende, bem como sobre os restantes assuntos constantes da informação em apreço.

Maranhão Peixoto questionou sobre o projecto da variante norte de Esposende, sobre campismo clandestino, sobretudo na Barca do Lago e sobre segurança na prática de canoagem dada a utilização de motos de água no Rio Cávado.

José Luis Azevedo questionou sobre a marina e a sua exploração. Mais questionou sobre os custos da substituição da iluminação da avenida marginal, afirmando que o investimento referido poderia ser aplicado em obras prioritárias.

A todas as questões respondeu e prestou esclarecimentos o Presidente da Câmara.

De imediato e conforme autorização inicial, se entrou na apreciação do seguinte assunto:

**RELATÓRIO DA COMISSÃO ECOLÓGICA DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, RELATIVO AO PEDIDO DE PARECER SOBRE INSTALAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE:**

Foi presente, para conhecimento, o relatório final da Comissão Ecológica relativa ao pedido de parecer sobre a instalação referida em epígrafe, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante.

Maranhão Peixoto, Presidente da referida comissão, procedeu à sua leitura e fez a sua apresentação, em termos gerais.

José Luis Azevedo procedeu à explicação dos diversos pontos constantes da sua declaração sobre a posição tomada na deliberação do presente relatório.

Relativamente a esta questão o Presidente da Câmara informou que diversas empresas costumam solicitar regulamentação sobre as diversas condicionantes para a instalação de indústrias no nosso concelho, afirmando que os contactos referidos foram meramente informais, não se verificando até à data da publicação da notícia qualquer pedido formal para instalação da referida indústria.

Usando novamente da palavra José Luis Azevedo afirmou concordar com a explicação dada.

Juvenal Silva afirmou a sua preocupação sobre a instalação desta indústria em Portugal e mais concretamente no nosso município. Manifestou a sua preocupação pelo lançamento de metais pesados na rede pública de saneamento.

O Presidente da Câmara salientou que não se trata de apreciar uma decisão final, mas somente é dada a oportunidade de ser iniciado o processo.

### **03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos:

#### **03.01 – PROLONGAMENTO DE PRAZO DA CAMPANHA DE REDUÇÃO DE TARIFAS LEVADA A CABO PELOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – PROPOSTA:**

Foi presente a seguinte proposta do Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que mereceu a concordância da Câmara Municipal conforme deliberação tomada em reunião realizada no passado dia sete: "A campanha de redução de tarifas levada a cabo pelos Serviços Municipalizados aprovada pela Assembleia Municipal no dia vinte e oito de Abril de dois mil tem sido um êxito, face ao elevado número de pedidos efectuados. Durante este período notou-se que a adesão da população em massa coincidia com a intervenção dos SMAS nas primeiras limpezas de rede, o que é compreensível. Quando foi proposto o prazo de validade deste campanha pressupõe-se que as empreitadas

em curso estariam prontas a entrar em funcionamento na vigência do mesmo e em tempo útil. Por razões várias isto não se verificou, nomeadamente nas freguesias de Curvos e Vila Chã. A freguesia de Vila Chã só na última semana da campanha ficou com o sistema pronto a entrar em funcionamento e em Curvos o mesmo só será possível em finais do mês de Setembro. Assim, para que o princípio da igualdade de oportunidade seja cumprido, proponho: Que a campanha aprovada na reunião ordinária de vinte e oito de Abril de dois mil seja prolongada até ao final do corrente ano, com eficácia retroactiva à data de um de Setembro de dois mil, com base na alínea a) do nº 2 do artigo nº 128 do Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de Novembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31 de Janeiro." Segue-se data e assinatura:

Pelo Presidente da Câmara foi explicado o teor da proposta:

Verificaram-se as seguintes intervenções:

José Luis Azevedo questionou quais as freguesias que possuem alternativas à rede pública de abastecimento de água, atendendo a que a presente proposta, na sua opinião, não cumpre o princípio da igualdade e questionou sobre a aplicação da retroactividade.

Agostinho Silva comentou que não se verifica violação do princípio da igualdade e que pode ser aplicada a retroactividade.

Juvenal Silva afirmou que esta proposta vai favorecer alguns empreiteiros.

José Luis Azevedo voltou a questionar a legalidade do procedimento e que a presente proposta deveria ser submetida a inquérito público.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA ABSOLUTA DOS PRESENTES, COM VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR O PROLONGAMENTO DO PRAZO DA CAMPANHA DE REDUÇÃO DE TARIFAS DE LIGAÇÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS PROPOSTOS.

Ausentaram-se da reunião Carlos Ferreira e Mário Losa.

### **03.02 – IAPMEI - PEDIDO DE PARECER DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVO AOS BENEFÍCIOS FISCAIS AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 409/99, DE 15 DE OUTUBRO – EMPRESA MINAS DE BARQUEIROS, S.A., COM SEDE EM APÚLIA:**

Foi presente o ofício nº 13759, datado de vinte e quatro de Agosto do corrente ano, remetido pelo Gabinete de Apoio Projectos de Investimento Estruturante do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, no qual é solicitado parecer deste órgão deliberativo sobre o pedido de isenção total ou parcial de Contribuição Autárquica e isenção ou parcial de Imposto Municipal de Sisa, com o seguinte teor: 1. A empresa Minas de Barqueiros

S.A. contribuinte nº 500385360, com sede em Apúlia – Esposende apresentou uma candidatura ao regime de benefícios fiscais previsto no Decreto-Lei nº 409/99 para o projecto de investimento a realizar no concelho de Esposende para o qual vem solicitar os benefícios fiscais identificados em epígrafe. 2. Assim e nos termos do nº 2 do artº 4º do Decreto-Lei nº 409/99, de 15 de Outubro vimos solicitar que seja emitido o parecer da Assembleia Municipal previsto nas alíneas b) e c), sobre o interesse do projecto para a região bem como sobre a natureza do benefício a conceder (isenção total ou parcial)." Segue-se assinatura:

Verificaram-se as seguintes intervenções:

Agostinho Silva, Álvaro Maio e Juvenal Silva apresentaram alguns comentários ao presente pedido, tendo ainda Álvaro Maio recomendado que sejam solicitados esclarecimentos à entidade que aprecia o projecto de licenciamento.

Otílio Fradique, Presidente da Junta de Freguesia de Apúlia, afirmou que a empresa não está sediada em Apúlia, mas sim no concelho de Barcelos; que as instalações oferecem diversos perigos para o público e solicitou a intervenção da Comissão Ecológica e da Câmara Municipal. Mais referiu pretender que não aconteça em Apúlia o que se verifica na freguesia de Barqueiros, do município de Barcelos e vizinha de Apúlia. Mais questionou sobre que informação existe na Câmara Municipal sobre a actividades desenvolvida pela empresa em causa.

José Luis azevedo comentou, na generalidade, o assunto. Afirmou que o que está em causa neste momento é o pedido de benefícios fiscais e que a lei prevê prazo para a resposta.

O Presidente da Câmara, depois de autorizado, afirmou que pouca informação existe na Câmara sobre a extracção de inertes efectuada pela empresa e solicitou o empenhamento da Câmara Municipal, Comissão Ecológica desta Assembleia e Junta de Freguesia de Apúlia para a apreciação do impacto desta actividade no ambiente e na qualidade de vida.

O Presidente da Mesa afirmou concordar com a sugestão do Presidente da Junta de Freguesia de Apúlia e que promoverá as diligências necessárias.

José Luis Azevedo apresentou a seguinte recomendação de texto da deliberação: "A Assembleia Municipal é de parecer que não devem ser concedidas isenções totais ou parciais de impostos à empresa candidata – isenção de sisa e contribuição autárquica, dado a sua actividade não ser de interesse para o município e por, a nível nacional, não se enquadrar dentro dos pressupostos do artº 49-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais." Segue-se assinatura.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ESTANDO PRESENTES VINTE E QUATRO DOS SEUS MEMBROS, NÃO CONCEDER A ISENÇÃO TOTAL OU PARCIAL DE CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA E DE IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA À

REFERIDA EMPRESA, DADO CONSIDERAR QUE A ACTIVIDADE PELA MESMA DESENVOLVIDA NÃO É DE INTERESSE MUNICIPAL E REGIONAL.

JOSÉ LUIS AZEVEDO APRESENTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO DE VOTO: "Votei a favor com a seguinte recomendação: não devem ser concedidos quaisquer benefícios fiscais à empresa candidata – de nível local ou nacional – por a actividade da mesma não se enquadrar no disposto no artº 49-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais." Segue-se assinatura.

Ausentou-se da sessão Fernando Marques.

#### **04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o senhor Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o cidadão Fernando Américo Losa Magalhães, que usou da palavra nos termos do Regimento e questionou sobre a localização da nova escola básica, sobre a exploração de caulinos e sobre a empresa americana.

Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, QUE FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da presente sessão, que, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

Sendo catorze horas, pelo senhor Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.